Estado de Minas Gerais

CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 023/2023 CONTRATO Nº 067/2023

> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TRANSPORTE ESCOLAR **PARA ATENDER ESTUDANTES** DA **REDE** MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MIRAÍ-MG. ROTAS 1 E 2., QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRAÍ E EMPRESA WENDERSON CLAUDINEI SILVA SALES.

Ao 28 dias do mês de julho do ano de 2023, de um lado o MUNICÍPIO DE MIRAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº 17.966201/0001-40, com endereço na Praça Raul Soares, 126, Bairro Centro, Miraí-MG, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES, RG nº M-8.038.933 SSP-MG, CPF nº 006.605.036-70, residente e domiciliado no Beco Epaminondas Fontes, nº 552, Bairro Jardim Indaiá, Miraí-MG, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa WENDERSON CLAUDINEI SILVA SALES - CNPJ nº 32.605.039/0001-29, sediada à Rua Arlindo Cézar Bertazzo, nº 489, Bairro Centro, Miraí - MG, representada neste ato por Wenderson Claudinei Silva Sales, inscrito no CPF nº 141.686.086-94, portador do RG nº MG-20.824.472, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente, na forma disposta na Cláusula Primeira deste Contrato, fundamentado no art.23, Inciso I, alínea "a" e demais disposições contidas na Lei 8.666/93, com as modificações posteriores e de acordo com as cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MIRAÍ-MG, ROTAS 1 E 2, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2023, identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é 12 (doze) meses, a partir de 01/08/2023.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$7.992,00 (sete mil e novecentos e noventa e dois reais)

Item	Descrição	Marca	Unid.	Qtd.	Vlr Unit.	Vlr Total
001	TRANSPORTE ESCOLAR - TRANSPORTE ESCOLAR -	VW - GOL	SER	5.328,0000	1,5000	7.992,00
	ROTA 01 - TOTAL DE KM DIÁRIO: 48KM TURNO	1.0				
	VESPERTINO: - SAI DE MIRAI ÀS 11:20 SENTIDO A					
	MURIAÉ, ENTRANDO NA ESTRADA DA PITANGA,					
	SEGUINDO SENTIDO SÍTIO ZÉ MANOEL, SÍTIO BEL					
	TOLEDO, FAZENDA CAROLINA DO NORTE, SÍTIO					
	CACHOEIRA DO NORTE, SEGUE SENTIDO FAZENDA					
	CASTELANA, SÍTIO DO ZÉ DA RITINHA, ENTRANDO					
	NO SÍTIO DO ALTIVO ALONSO, SÍTIO ARANHAS					
	(CAJUEIRO), PASSA PELO ASFALTO SENTIDO A					
	MIRAÍ DEIXANDO OS ALUNOS NA E.M "EDMEIA					
	CASTELANO LEITE", E.M "JUSTINO PEREIRA". REFAZ					
	O PERCUSSO ÀS 16:50, DEIXANDO OS ALUNOS EM					
	SUAS RESIDÊNCIAS. VEÍCULO COM CAPACIDADE					
	MÍNIMA DE 05 PASSAGEIROS.					

Estado de Minas Gerais

- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta de dotações Orçamentárias de números: 3.3.90.39.00.2.05.00.12.361.0007.2.0053 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDAMENTAL.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

- 4.1 A Nota Fiscal/Fatura Discriminativa deverá ser apresentada em 02(duas) vias, juntamente com autorização da Secretaria requisitante;
- 4.1.2 O Município de Miraí efetuará o pagamento em até (30) trinta dias após a emissão das Notas fiscais, dos objetos entregues, após autorização do gestor do contrato.
- 4.1.3 O licitante vencedor deverá entregar junto com a Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente a Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal e a Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social;; em dia, e ainda apresentar Declaração no caso de ser Optante pelo Simples a Declaração do edital, nos moldes da Instrução Normativa SRF nº 480/2004, para que não ocorra retenção.
- 4.1.4 A retenção da Contribuição para a Seguridade Social pelo tomador do serviço, não se aplica às empresas Optantes pelo Simples (súmula nº 425 do STJ).

5. CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

- 5.1 O objeto do presente certame será realizado/entregue em conformidade com as especificações, prazos e condições apontadas no respectivo Termo de Referência.
- 5.2 O fornecimento será iniciado no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento, em local a ser definido pelas Secretarias Municipais.
- 5.3. Todas as despesas que recaírem para perfeita execução deste objeto, deverão ser custeadas pela CONTRATADA.

6. CLAUSULA SEXTA – DAS OBIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 6.1 A CONTRATANTE obriga-se a efetuar o pagamento estipulado na cláusula terceira e quarta do presente instrumento após a apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento dos serviços fornecidos e emissão de nota fiscal por parte da CONTRATADA e desde que cumpridas às demais exigências e formalidades previstas em lei e neste contrato.
- 6.2 A CONTRATADA obriga-se a entregar o objeto do presente à CONTRATANTE, de acordo com o estipulado neste instrumento.
- 6.3 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.4 A CONTRATADA fica responsável por todas as despesas necessárias ao fiel cumprimento do presente contrato, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. A CONTRATADA que, no decorrer da contratação, cometer qualquer das infrações previstas na Lei no 8.666, de 1993, e na Lei no 10.520, de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às seguintes sanções:
- a. advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b.multa:

b.1. moratória de até 0,1% (zero ponto um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 15 (quinze) dias;

Estado de Minas Gerais

- b.2. compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
- c. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Miraí, pelo prazo de até dois anos;
- d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
- 7.1.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 7.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da Lei no 8.666, de 1993.
- 7.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Miraí, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
- 7.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

- 8.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 8.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no DOM – Diário Oficial dos Municípios e DOU-Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Miraí. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GESTOR

13.1. O Gestor do contrato será a Secretaria Municipal requisitante, através de funcionário público nomeado por portaria para devido fim.



Estado de Minas Gerais

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. O Município de Miraí poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do contrato.

Miraí-MG, 28 de julho de 2023.

ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES Prefeito de Miraí - CONTRATANTE

WENDERSON CLAUDINEI SILVA SALES - CONTRATADA CNPJ: 32.605.039/0001-29 Wenderson Claudinei Silva Sales

CPF n°: 141.868.086-94

Nome: Luciana Dinar da Silva	Nome: Aílton Soares da Costa
Assinatura:	Assinatura:

Parecer Jurídico:

CPF: 055.820.116-41

Testemunhas:

Atendendo as determinações contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, declaro estar de acordo com os termos do presente Contrato.

CPF: 317.280.816-53

Miraí-MG, 28 de julho de 2023.

DR. FILIPE DE ALMEIDA CASTRO Advogado OAB/MG 79.267